

O NEGRO: DA SENZALA À EDUCAÇÃO

Jéssica Anne Machado da Silva (IC) Prof. Dr. Lamartine Gaspar de Oliveira (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO: O Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica, “O negro: da senzala à educação”, destina-se a investigação da educação do negro no Brasil como escravo, compreendendo o Abolicionismo e a Proclamação da República como marcos da história na sociedade brasileira. O propósito desta pesquisa, por meio de Revisão Bibliográfica de obras de teóricos como: Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, é viabilizar a construção do repertório a partir dos olhares, historiográfico, sociológico e antropológico, referentes ao seguinte problema de pesquisa: “quando foi que o negro obteve acesso à educação no Brasil?” Sendo assim, a partir da análise documental e da autobiografia de Luís Gama, negro ativista, pretende-se verificar as condições educacionais em decorrência das relações étnico-raciais e sociais que deixaram o negro, mesmo na condição de homem livre, às margens da educação formal brasileira.

Palavras-chave: Senzala. Educação. Libertação.

ABSTRACT: The Scientific Initiation Research Project, “The black people: from the slave quarters to education”, is intended to investigate the education of black people in Brazil as a slave, including Abolitionism and the Proclamation of the Republic as milestones in the history of Brazilian society. The purpose of this research, through the Bibliographic Review of works by theorists such as Florestan Fernandes, Gilberto Freyre and Darcy Ribeiro, is to enable the construction of the repertoire from the historiographical, sociological and anthropological perspectives, referring to the following research problem: when was it that black people got education in Brazil? Thus, based on document analysis and the autobiography of Luís Gama, a black person activist, the aim is to verify the educational conditions to the arising of racial and social relations that left blacks, even as free men, on the margins of formal Brazilian education.

Keywords: Prison for the slaves. Education. Liberation.

1. INTRODUÇÃO

Realizar pesquisa científica que esclareça o processo da educação do negro no Brasil Colonial é, sem dúvidas, um desafio, pois, essa investigação caminha por uma narrativa histórica, construída por meio de uma revisão bibliográfica que demonstre como ocorreu a educação do negro escravizado. E, a partir daí, discutir sua atuação social em direção à conquista de sua emancipação política e cidadã, e a tão almejada mobilidade social. Assim, por consequência, sua educação. Portanto, a essa proposta ousada, dedica-se o empenho e o anseio por apresentar o protagonismo negro na luta por liberdade.

A escravização dos negros africanos e seus descendentes que compunham o sistema social hierarquizado, de ordem patriarcal e a economia baseada na agricultura latifundiária, se tornou elemento essencial para sustentação da econômica, condicionando o negro à situação de escravizado. Este que não possuía direitos civis, ficou alheio à educação formal dedicado ao desenvolvimento intelectual.¹ A única educação que tinham acesso era a instrução religiosa e a orientação para o trabalho.²

Encarcerado na senzala e percebido apenas como agente de trabalho, o negro sofreu com o preconceito racial e a inferiorização intelectual da raça³, mantendo-o ainda mais distante de sua educação. Na medida em que os negros alcançavam a liberdade, recebiam alguma formação em decorrência da assimilação social⁴, que consiste na adaptação ao meio social lusitano, só assim obteriam melhora de vida, inseridos no seio da família patriarcal, subalternizado, o negro alcançaria alguma condição de liberdade e educação para o trabalho⁵. No decorrer da diáspora africana, novos contingentes negros chegaram ao Brasil em fluxo contínuo, submetidos a processos de assimilação social, aculturação e mestiçagem, predominando no sistema social, a influência portuguesa⁶.

A pertinência dessa investigação se refere à compreensão de como a educação passou a ser um poderoso instrumento de luta pela liberação do negro. O Movimento Abolicionista do Brasil atuou no período entre 1868 e 1888, compreende-se que ocorreu o protagonismo negro através da participação de Luís Gama⁷, personagem histórico que destaca a força do negro. Sua busca por educação transformou a sua própria realidade e de

¹ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 1º de; São Paulo: Global, 2019. p.11. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184316>.

² Ibid., p.16.

³ Id. Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. 1ª ed. digital. São Paulo: Global, 2016. p. 10. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184467>.

⁴ RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 1ª ed. digital. São Paulo: Global, 2014. p. 17. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184682>.

⁵ MAESTRI, Mario. A pedagogia do Medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil. 1 volume. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 204.

⁶ RIBEIRO, op. cit., p.13.

⁷ ALONSO, Ângela. Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 85-91.

seus irmãos negros. Tornou-se proeminente ativista negro, poeta, jornalista e advogado. Mais do que empatia e alteridade, Luís Gama conheceu o sentido de pertencimento à raça negra, assumiu sua identidade negra e tomou a causa como sua responsabilidade.

Sendo assim, o objetivo desse artigo destina-se ao resgate da história da educação do negro no Brasil, compreendendo as formas pelas quais ele acessa o conhecimento, resistindo aos impedimentos socioeducacionais. Para isso a investigação percorrerá por aspectos sociais que determinavam as condições de subalternização dos escravizados. Observando a educação como elemento primordial na construção da trajetória do negro na conquista por liberdade e inserção social, promotora de conscientização política, superação de obstáculos sociais e produtora de sujeitos críticos sobre a sua realidade.

Com perspectiva interdisciplinar entre a Historiografia, Sociologia e Antropologia, com olhar atento a história do negro e sua relação com a educação, foi construído o artigo que segue uma linha temporal. O primeiro capítulo descreve a representação da Senzala nas relações escravagistas do Brasil. O segundo capítulo apresenta o Brasil em processo de modernização, independente de Portugal, que mantém a escravização do negro e a monarquia. E, por fim, no terceiro e essencial capítulo, apresenta-se a atitude emancipadora de Luís Gama.

2. SENZALA: A ESCRAVIDÃO DO NEGRO NO BRASIL E SUA EDUCAÇÃO

Conhecida como um símbolo do encarceramento do negro, a senzala foi construída para armazenamento de “peças”, os “escravos”. Ela estabelece limites, a partir do distanciamento físico e moral entre o senhor e seus escravizados. Desse modo, Florestan Fernandes (2013)⁸, sociólogo brasileiro, descreve a senzala como representação da segregação racial e social, concepção partilhada em todo o território brasileiro desde o início da escravização do negro. Há em sua descrição a intencionalidade de enfatizar a distinção entre os brancos e os negros, este, destinado apenas ao trabalho servil.

Gilberto Freyre (2019), descreve que o negro quando recém-chegado e inserido no sistema escravagista, recebia todas as instruções iniciais na senzala. O negro escravizado já ambientado era responsável por instruir o negro recém chegado, lhe apresentando a língua, a religião, os costumes e valores, e claro, orientações para o trabalho e sobrevivência nesse sistema social, tendo a senzala como sua habitação. “A verdadeira iniciação do “negro novo” na língua, na religião, na moral, nos costumes dos brancos, ou antes, dos negros “ladinos”, fez-se na senzala e no eito, os “novos” imitando os veteranos.”⁹

⁸ FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global, 2013. p. 8. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184663>.

⁹ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 1º de; São Paulo: Global, 2019. p. 16. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184316>.

Segundo Maestri (2004)¹⁰, o negro escravizado era introduzido ao universo escravista através da pedagogia da escravidão, a punição, a violência, o medo e cansaço eram os elementos fundamentais do aprendizado da obediência e submissão. A tortura iniciava na travessia transatlântica. Os africanos capturados eram aglomerados nos navios, obrigados a ficarem nus e recebiam pouca comida, além disso, eram expostos a epidemias, ocorriam revoltas ou surtos de loucura.

De acordo com Freyre (2019)¹¹, o negro escravizado era agente de trabalho apenas. O labor seria o designador de sua existência, desde a sua alimentação, que precisava ser nutritiva, para que pudesse suportar o trabalho duro nas lavouras e engenhos. Os escravizados eram comparados a máquinas de trabalho. A exploração e a violência da casa grande para a senzala eram constantes.

O sociólogo Florestan Fernandes (2013)¹² explica que o preconceito e a discriminação foram disseminados por meio de concepção católica referente à subjugação de outros povos e uma ordem social tradicionalista. A sociedade adotava posição neutra mediante a composição do *ethos* católico, executando práticas distantes do modelo ideal de moral cristã. O preconceito e a superioridade racial eram frutos da ideologia racial dominante. Ocorreu uma falsa consciência social coletiva, proporcionando a absorção do racismo, e como consequência ocorreu a acomodação social. Surgiu então a concepção de que não há condenação religiosa para a desigualdade social. As ideologias raciais suprimiram a voz dos escravizados.

Segundo a socióloga Ângela Alonso (2015)¹³, o escravismo foi justificado moralmente a partir de três concepções elencadas em seu estudo referente ao escravismo no Ocidente: a primeira a partir do pensamento de Aristóteles, que considerava a relação natural de supremacia entre senhores e seus escravizados; a segunda, com base no Iluminismo, a partir de Voltaire, Kant e Hume, a diferença de cor justificou a hierarquização entre brancos e negros; e a terceira seria a argumentação religiosa, onde Deus teria castigado Caim com uma mancha negra “indelével e hereditária”, seria então a escravidão a principal forma de punição.

Assim, a socióloga cita que durante a escravização no Brasil, Padre Vieira considerou que a subordinação de pessoas negras seria um ato de caridade cristã, para salvar a alma desses herdeiros da mancha, os livrando da guerra e fetichismo exercidos na África.

¹⁰ MAESTRI, Mario. A pedagogia do Medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil. 1 volume. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 194.

¹¹ FREYRE, op. cit., p. 13.

¹² FERNANDES, op. cit., p. 8.

¹³ ALONSO, Ângela. Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 57.

Referente aos fatores socioeconômicos que contribuíram para a manutenção do sistema escravagista, conforme a explicação de Darcy Ribeiro (2014)¹⁴, o processo de escravização do negro, iniciado em meados de 1538, viabilizou a exploração da colônia portuguesa, que com o passar do tempo ampliou o contingente de escravizados para atender as atividades produtivas na monocultura açucareira, além disso, o tráfico e a venda de negros foram atividades rentáveis.¹⁵

O Brasil foi o país que mais importou negros africanos, conforme a estimativa apresentada por Alonso (2015)¹⁶, foram comercializados cerca de seis milhões de africanos como meras mercadorias, durante toda a colonização. Toda a sociedade tinha acesso à compra de negros escravizados, desde a elite, profissionais liberais e até mesmo ex-escravizados. Os trabalhos escravos não se detinham às lavouras, fazendo do Brasil a nação mais escravista, o que tornou a luta pela abolição um processo complexo e demorado.

A relação entre o senhor e seus escravizados, construída a partir do distanciamento social e racial, gerou o antagonismo entre as raças e a violência. Os relatos de Ribeiro (2014)¹⁷, sobre as condições desumanas de trabalho e de vida, apontam que alguns trabalhavam 18 horas por dia. Para muitos negros, a única saída poderia significar a morte. A alforria, raramente concedida, servia como descarte de escravizados velhos, doentes e inutilizados para o trabalho, o dono se negava a alimentá-los e protegê-los. Não era permitido fugir ou resistir à subalternização, por isso ocorreram inúmeros suicídios voluntários de negros. Outros apostavam em fugas, mesmo sabendo que seriam caçados até a morte. Alguns negros conseguiam alcançar lugar de refúgio, o Quilombo.

Freyre (2019)¹⁸ menciona que manter os escravizados desunidos e sem condições para identificar suas origens impedia o reconhecimento das ligações entre eles. Essa ausência de coletividade e pertencimento configurava em estratégias essenciais para o sistema escravista. Para legitimar a suposta dificuldade de descobrir as origens africanas do negro, criou-se a equivocada concepção de que a matriz africana brasileira teria sido majoritariamente de origem banto. Porém, os documentos que permitiam o acesso às informações foram queimados em 13 de maio de 1891, pelo Ministro da Fazenda após a Proclamação da República.

Ribeiro (2014)¹⁹ considera os dados da pesquisa de Nina Rodrigues (1939 e 1945) que indicam a chegada dos africanos no Brasil em dois grupos principais: o primeiro grupo de

¹⁴ RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 1ª ed. digital. São Paulo: Global, 2014. p. 14. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184682>.

¹⁵ Ibid., p. 13.

¹⁶ ALONSO, op. cit., p. 28.

¹⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 13.

¹⁸ FREYRE, op. cit., p. 16.

¹⁹ RIBEIRO, op. cit., p. 13.

africanos sudaneses; o segundo grupo com culturas africanas islamizadas, que ficaram conhecidos como Malês na Bahia, com origem nas tribos Bantu, correspondentes ao Congo-angolês e atual Moçambique. Mas as diferentes línguas e culturas africanas causaram dificuldades de comunicação entre os negros na senzala. A falta de unidade da língua e da cultura impediu a unificação dos negros e criação de núcleos sólidos e identificação tribal, pois haviam conflitos entre as tribos. Mantê-los desunidos foi estratégia usada para barrar a resistência negra, portanto colaborou para consolidação do sistema escravagista.

Maestri (2004)²⁰, exemplifica a possibilidade de resistência negra ao citar a revolta do *Amistad* em 1837, no navio 47 jovens negros eram transportados no porão, todos falavam a mesma língua, o *mande*. Assim, ao serem separados de seus conterrâneos, os negros escravizados precisavam aprender na senzala o português instrumental. Além de serem orientados pelos feitores que administravam as tarefas e executavam castigos, conectando-os a cultura da colônia.

Darcy Ribeiro (2014), denuncia que ocorreram conflitos étnicos, sociais, religiosos, econômicos e raciais no Brasil, não apenas como eventuais embates inter-raciais. Afirma que teriam ocorrido verdadeiras revoluções entre as classes e raças no Brasil, havendo medo da ameaça de uma insurreição social generalizada por parte das classes oprimidas, as estruturas sociais buscava suprimir tal revolução²¹. O sociólogo descreve que havia disputa classista entre os senhores e os escravizados, que tinham os Quilombos como símbolos da resistência negra.

Ainda sobre a manutenção da escravidão, Freyre indica que as relações sexualizadas entre o homem branco e a escrava “mulata”, contribuíram para a aculturação do negro (FREYRE)²². A Casa Grande, refúgio e fortaleza do Patriarca, submetiam a todos abrigados nesse sistema hierárquico, às suas condições de sobrevivência, condicionando-os a suprir suas necessidades. Protegido pelas grossas paredes da casa grande, isolado em grandes propriedades rurais, se via distante dos olhares e julgamentos da igreja. O patriarca teria se relacionado com mulheres índias e negras, além de sua esposa de origem europeia, consolidando o processo de miscigenação da população brasileira.

Em decorrência da mistura entre as raças, Darcy Ribeiro (2014) concebe a teoria de “ninguendade”, como a ausência da consciência de si, da sua identidade e das suas origens. A formação do povo brasileiro contempla esta condição: o mestiço, nascido na nova terra; o crioulo, nem negro e nem europeu; ou o brasilíndio, não era índio nem europeu e nem negro. Para sair da condição da ningundade, surge identidade étnica própria, a brasileira: “seriam

²⁰ MAESTRI, op. cit., p. 199.

²¹ RIBEIRO, op. cit., p. 16.

²² FREYRE, op. cit., p. 11.

os mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios), para uma identidade coletiva”.²³

Ribeiro (2014)²⁴ declara que a permanência na senzala possibilitou ao negro, a preservação de alguns aspectos de identidade da matriz africana. Mas os desdobramentos das relações étnico-raciais modificaram a identidade de sua cultura, percebida em constante trânsito: primeiro classificado como negro boçal, quando não conhecia ao menos a língua e aspectos básicos da nova forma de viver; e depois o negro ladino, se definia como adaptado ao ritmo da senzala e da casa grande, sempre aprendendo a língua, a cultura, a religião e os ofícios novos.

Freyre (2019)²⁵ explica que no processo de aculturação era imposta ao negro a conversão compulsória ao catolicismo através do batismo. Não houve grande resistência dos negros à cristianização, evidenciando a adaptabilidade cultural brasileira. Surgiu então o sincretismo, descrito como a mítica da cultura africana atrelada a ritos e doutrinas católicas. Ao observar o efeito “civilizador” da religião católica, é possível verificar o principal mecanismo de doutrinação, a educação dos povos dominados.

Freyre (2019) aborda a temática referente a escolarização durante o período colonial e enfatiza como a participação dos Colégios dos Jesuítas, os Seminários e Colégios de Padres. Foram responsáveis pela propagação cultural e religiosa lusitanas durante a colonização. “[...] Meninos louros, sardentos, pardos, morenos, cor de canela. Só negros e moleques parecem ter sido barrados das primeiras escolas jesuíticas. Negros e moleques retintos. Porque a favor dos pardos levantou-se no século XVII a voz del-Rei [...]”.²⁶ Identifica-se que havia a preferência dos missionários no recrutamento para seus colégios e suas missões, por meninos de pele clara. A raça então foi utilizada como um critério para classificar o negro apenas para o trabalho escravo. O negro ficou de fora das escolas jesuítas, enquanto os mestiços tiveram algum acesso às escolas em meados do século XVII. Quando o Rei de Portugal redige carta a favor da inclusão de mestiços, datada em 1686 ao honrado Márquez das Minas, solicitando a inclusão dos pardos em seus colégios.

O acesso à formação no Brasil colonial era restrito, dedicado aos lusitanos mais influentes e seus descendentes. Freyre (2019)²⁷ aponta que o analfabetismo atingia a grande maioria da população, que recorria ao padre-mestre ou ao caixeiro para envio ou leitura de cartas. Já no século XIX, surge a necessidade de ampliação de ferrovias por motivações econômicas. O que significou o acesso de professores e mestres particulares aos engenhos

²³ RIBEIRO, op. cit., p. 13.

²⁴ Ibid. p. 13.

²⁵ FREYRE, op. cit., p. 16.

²⁶ Ibid., p. 17.

²⁷ Ibid., p. 16.

e fazendas. Algumas famílias patriarcais permitiam que os negros assistissem às aulas junto aos meninos brancos, uma situação que fugia à regra. “Muitas vezes aos meninos se reuniam crias e moleques, todos aprendendo juntos a ler e a escrever; a contar e a rezar. Em outros engenhos cresceram em igual ignorância meninos e moleques”.²⁸

Entre os professores que lecionavam nos engenhos surgiram professores negros, conforme Gilberto Freyre (2019), estes eram homens diferenciados, pois se distinguiam do restante da população negra escravizada por suas vestimentas e comportamento assimilados à tradição e. Freyre utiliza-se de um relato de homem que foi alfabetizado por um professor negro contratado por seu pai, tendo como pagamento uma flauta de ébano com chaves de prata, para dizer que não somente no trabalho pesado das lavouras, mas os negros atuavam também na música, na arte e na educação, considerados professores menos rigorosos por não recorrerem à palmatória e a outros métodos tradicionais para disciplinar os seus alunos. “[...] Artur Orlando refere que seu professor de primeiras letras, em Pernambuco, foi um preto chamado Calisto. Calisto andava de cartola cinzenta, casaca preta e calças brancas [...]”.²⁹

As considerações referentes ao traje e comportamento do professor negro, claramente se relacionam à assimilação social e cultural, o negro precisava se vestir não apenas com as roupas, mas com os comportamentos do homem branco, para acesso e aproveitamento de recursos educativos. Freyre (2019)³⁰, ainda relata que os negros foram instruídos para suprir outras necessidades sociais e de trabalho, sendo formados músicos, em Pernambuco eram excelentes artista circenses atuando como palhaços e acrobatas. Entre as muitas atividades além das lavouras, trabalho braçal e doméstico, os escravizados negros também atuavam como sangradores, dentistas, barbeiros. Assim, os ofícios do “escravo” negro eram diversificados, como também seus conhecimentos para o trabalho.

3. O IMPÉRIO E A PRESERVAÇÃO DA SENZALA

No processo de transição entre o Brasil Colonial e Imperial, perdurou na estrutura socioeconômica, o escravismo. Compreende Alonso (2015)³¹, que nesse período ocorria ciclo abolicionista na América, que se iniciou no Haiti, em 1791, através de uma revolução negra. Logo, o movimento revolucionário pela liberdade se espalhou, porém no Brasil ainda vigoraram o sistema monárquico e as estruturas escravagistas após a declaração de Independência em 1822. Ângela Alonso (2015)³² complementa que o tráfico de negros foi

²⁸ Ibid., p. 17.

²⁹ Ibid., p. 17.

³⁰ Ibid., p. 17.

³¹ ALONSO, op. cit., p. 27.

³² Ibid., p. 29.

proibido efetivamente no Brasil por influência britânica, em meados de 1852, mas o desmonte do sistema escravagista ainda estava longe, persistindo o tráfico ilegal de pessoas negras.

Segundo Maestri (2004)³³, o crescimento das cidades proporcionou a escravidão urbana, que precisava de escravizados treinados em um ou mais ofícios. Estes poderiam ser grande fonte de lucros, surgindo então, escravizados semiespecializados, que através da educação formal focada no ensino dos ofícios, como o treinamento de escravas para aprender a lavar, passar, cozinhar, limpar, bordar. Os cativos aprendizes, atuavam como mestre artesão, pedreiro, carpinteiro, sapateiro, ferreiro, barbeiro, alfaiate, etc. As escolas de primeiras letras não recebiam negros livres e nem “escravos”. Poucos escravizados aprendiam a ler, escrever e contar com auxílio de seus senhores, geralmente para o trabalho no comércio.

Ribeiro (2014) aponta que apenas o clero e os fidalgos acessavam o conhecimento intelectual e a formação superior, enquanto a população permanecia no analfabetismo. “Como a criação das escolas para as elites não correspondeu qualquer programa de educação de massas, o povo brasileiro permaneceu analfabeto”.³⁴ No Brasil imperial, em processo de modernização, o povo brasileiro começou a buscar uma real mudança social e política, surgiram revoluções e conflitos em todo o país, com ênfase na reivindicação por educação.

No século XIX, entre a massa analfabeta no Brasil surge um grupo negro letrado de origem maometana. Considerado como um povo de cultura superior entre os negros que insurgiram como o Movimento Malê na Bahia. Realizaram uma revolta de origem religiosa, cultural e social, que foi viabilizada através da organização proporcionada pela leitura e escrita em árabe, conforme relatado pelo chefe de polícia da província da Bahia: “[...] Dr. Francisco Gonçalves Martins salienta o fato de quase todos os revoltosos saberem ler e escrever em caracteres desconhecidos. Caracteres que “se assemelham ao árabe” [...]”.³⁵

A insurreição negra, ocorrida na Bahia em 1835, demonstrou que a cultura negra maometana resistia a imposição da cultura portuguesa católica, conforme Freyre (2016)³⁶. Desconstruindo a ideia de inferioridade da raça negra tão disseminada através das ideologias raciais. A capacidade linguística e escrita desses negros afirma que não eram inferiores intelectualmente ou culturalmente. O grupo importava livros em segredo, mantinha escola, onde preserva-se a língua materna, escreviam em árabe, e por fim constituíram sociedade de auxílio mutuo, para a libertação de escravizados.

³³ MAESTRI, op. cit., p. 204.

³⁴ RIBEIRO, op. cit., p. 20.

³⁵ FREYRE, op. cit., p. 16.

³⁶ Id. *Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. 1ª ed. digital. São Paulo: Global, 2016. p. 11. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184467>.

Ainda se faz necessário mencionar o surgimento de legislações a favor do encerramento do sistema escravagista que despertou novas estratégias de manutenção escravista. Dentre elas, a educação do negro foi motivo de projetos, durante a deliberação da Lei do Ventre Livre, fazendeiros e donos de “escravos” realizaram Congressos Agrícolas, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, em 1878, para discussões sobre projetos escolares destinados à formação das crianças negras. Conforme a pesquisa de Maria Isabel Moura do Nascimento (2017)³⁷, no século XIX já existiam escolas nacionais dedicadas à formação científica e literária; faculdades de direito, medicina, matemática, agricultura e belas artes; academia militar e escolas politécnicas; além de escolas primárias e secundárias para atendimento de crianças e a formação de professores. Essa educação estava restrita a classe dominante.

A nova legislação colocaria prazo final à escravidão, havia interesse em contemplar apenas os “ingênuos”, filhos de escravas e órfãos, com educação que serviria como forma de controle desses indivíduos e de seus desenvolvimentos intelectuais, uma formação tutelada e financiada pelo Estado, assim seriam conservados como “semiescravos”, de acordo com Nascimento (2017)³⁸. O projeto de trabalho livre a partir da imigração europeia ganhou força, substituindo o trabalho negro. A modernização do país e a legislação referente a educação pública não incluiu o negro. Ribeiro (2014)³⁹ afirma que a chegada da população imigrante europeia no final do século XIX acabou por reproduzir o preconceito racial e exclusão social do negro, a partir de estigmas que os consideravam inferiores e marginalizados.

Conceitua Riberio (2014) que em meio às mudanças socioculturais do período imperial, o negro atingiu algum tipo de ascensão social, materializada no “mulato”. O mestiço representa a descendência do branco, que lhe possibilitou oportunidades de articulação social. Muitos “mulatos” acessaram à cultura erudita, as leras, as artes e a política. Além de Luís Gama como tribuno, o autor cita Aleijadinho, Machado de Assis, Rui Barbosa, Abdias do Nascimento e outros.⁴⁰ Já as “mulatas” Ascenderam socialmente pela sua beleza, ao se relacionarem com homens de posses.

Gilberto Freyre (2016)⁴¹, na obra “Interpretação do Brasil”, menciona a participação do negro nos movimentos artísticos e nas questões de raça, quando aborda a literatura e as expressões artísticas como forma de protesto político e manifestações de crítica social. Também relata que Aleijadinho (1738-1814), filho de um artesão português com mulher negra,

³⁷ NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O Negro, da Senzala para a Escola: A educação nos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco (1878). Curitiba-Paraná: Atena Editora, 2017. p. 60-67.

³⁸ Ibid., p. 60.

³⁹ RIBEIRO, op. cit., p. 20.

⁴⁰ Ibid., p. 17.

⁴¹ FREYRE, op. cit., p. 13.

dedicou sua arte a religião, e também expressou revolta contra a estrutura das relações raciais da sociedade brasileira.

Para Alonso (2015)⁴², a tradição imperial impediu a humanização do africano, que não pode ser identificado como o “bom selvagem”, surgiram outros instrumentos utilizados para manutenção das ideologias de raça. Os meios de comunicação intensificaram a inferiorização do negro, essa concepção teria sido romantizada, através da literatura, imprensa e teatralização desenvolvidas na sociedade brasileira, com a intenção de discriminar o negro. Somente a partir da década de 1860, recursos de comunicação como estes passam a ser utilizados para a mobilização antiescravagista, destravada pelo Movimento Abolicionista.

As ideologias referentes à raça ganharam força a partir das teorias de inferioridade e preconceito disseminadas, uma forma de impor a superioridade das pessoas arianas, para manutenção do poder e domínio. Freyre (2016)⁴³ não só narra a realidade social em detrimento da relação étnico-racial, como também busca desmistificar tais teorias. O sociólogo aponta a positividade da mestiçagem étnica e cultural no Brasil na construção do povo brasileiro.

Já Fernandes (2008)⁴⁴ explica que a imagem do “bom negro”, foi criada e disseminada a partir do modelo de assimilação realizada pelo negro e mulato. Ainda aborda a passividade do negro quanto ao preconceito do branco, que reflete seu complexo de inferioridade, enraizado na personalidade e no seu comportamento social. O complexo cultural de inferioridade do negro se materializa na desumanização do negro, criando grande impacto socioemocional.

No processo final da escravização dos negros a igreja católica ainda era muito influente na política do Brasil, por ser a religião oficial do Império, teve grande participação nesse processo ideológico referente à raça. Segundo Alonso (2015)⁴⁵ o catolicismo legitimava a hierarquia da instituição imperial como vontade divina e os padres se eximiam da responsabilidade de criticar a escravidão. Assim, o escravismo fazia parte da construção ideológica em relação ao negro, construía uma imagem negativa, e, uma vez que o negro se torna desumanizado, passa a ser “demonizado”.

Descreve Fernandes (2013)⁴⁶ que o negro almejava a liberdade e ascensão social. Mas, a desigualdade social e o preconceito o perseguiram no sistema social brasileiro. Mesmo ao ser desencadeado da escravidão seguiu compelido ao drama negro, discriminação e

⁴² ALONSO, op. cit., p. 95.

⁴³ FREYRE, op. cit., p. 13.

⁴⁴ FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes. 3ª ed. São Paulo: Global, 2008. p. 356.

⁴⁵ ALONSO, op. cit., p. 93.

⁴⁶ FERNANDES, op. cit., p. 8.

marginalização, assim, apenas por meio da infiltração social, o “mulato” alcançou alguma ascensão social. O mito da democracia social concebe a não existência do preconceito de cor e conflito entre as raças. Mas as diferenças se refletem na cultura e na sociedade brasileira, onde os negros que ascendem socialmente passam por um processo de branqueamento, se distanciando da cultura e da gente negra. Mas, apenas por meio da assimilação era concebida a ascensão social.

Os negros e mulatos precisavam negar sua cultura negra para obter ascensão e participação na sociedade que permanecia estruturada nos padrões brancos. “Nessa escala, negro é o negro retinto. O mulato, é o pardo e como tal, meio branco. E se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca”.⁴⁷ Entre os negros e os mulatos submetidos aos processos de assimilação, Luís Gama, foi um homem negro que assumiu a cor de sua pele como forma de resistência, conforme aponta Alonso (2015).⁴⁸

4. LUÍS GAMA: DA SENZALA À EDUCAÇÃO

Frederico e Campos (2021)⁴⁹ apresentam a figura de Luís Gama, ex-escravizado e ativista negro como responsável pela libertação de centenas de escravizados. Destacando os seus conhecimentos de direito, além de utilizar a literatura e a imprensa para manifestar seu ímpeto abolicionista, criticando o sistema escravagista e seus adeptos. Luís Gama conseguiu acessar lugar de notoriedade, e mesmo não sendo aceito entre a elite escravocrata brasileira, encontrou formas de lutar, com apoio de homens que buscavam a verdadeira abolição da escravatura.

Assim, a educação foi primordial para que Luís Gama, um homem negro no Brasil, se tornasse símbolo do combate à escravidão. Expressou-se fazendo o uso correto da linguagem escrita e falada, tanto em debates políticos como nos tribunais, Luís Gama construiu a seu legado, a história da luta negra no Brasil. Gama foi rejeitado, não foi acessou a faculdade de direito do Largo São Francisco, em São Paulo, por resistir ao processo de branqueamento. Conquistou seu espaço de fala, fez sua voz ser ouvida ao organizar suas próprias conferências no período de discussão da Lei do Ventre Livre, sua pauta se referia ao fim da abolição, a democratização política a partir dos conceitos Liberais Radicais e o fim do Império. Para ele era preciso uma reforma em toda a estrutura sociopolítica do país “*sem reis e sem escravos*”.⁵⁰ Sua luta foi tão radical que exigiu atuações política e jurídica, intensas e pontuais.

⁴⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 17.

⁴⁸ ALONSO, op. cit., p. 88.

⁴⁹ FREDERICO, Enid Yatsuda; CAMPOS, Claudia de Arruda (org.). Antologia/Luiz Gama. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 13-19.

⁵⁰ ALONSO, op. cit., p. 90.

Alonso (2015) esclarece que no processo de assimilação “do estilo de vida e das formas de perceber, agir e sentir dos estratos altos”,⁵¹ a descrição que Pierre Bourdieu se referiu à maneira pela qual os negros e mulatos livres passaram a adquirir educação e também acessar as camadas mais elevadas da sociedade brasileira. Adquirindo formação acadêmica ou acesso a ambientes e círculos sociais exclusivistas da aristocracia.

A ascensão bem-sucedida dos *parvenus*, como chamou Bourdieu, depende da assimilação do estilo de vida e das formas de perceber e sentir a vida, conforme os padrões da elite. Luís Gama foi reprovado no teste de assimilação mencionado, sua fala e postura eram rudes. Apesar de integrado ao meio Liberal paulista, não adquiriu a cortesia aristocrática, crucial para acessar a sociedade de Corte. Quando não foi aceito na faculdade de direito em São Paulo, ficou sem diploma, e sem o “abre-te, sésamo” do Parlamento, que ratificaria a sua ascensão. Assim, a experiência de bloqueio social foi inspiração para reclamar em versos: *“Ciência e letras. Não são para ti. Pretinho da Costa. Não é gente aqui”*.⁵²

4.1 “Carta a Lucio de Mendonça”, uma análise documental autobiográfica de Luís Gama

O documento histórico, em forma de carta redigida por Luís Gama, desperta o leitor para a realidade do negro no Brasil escravagista. Gama nasceu livre, mas facilmente foi transformado em “escravo” quando ainda era criança. Em detrimento de sua cor, foi mantido como cativo, sem direito a defesa ou contestação. A vulnerabilidade do negro refletia a cor de sua pele, pois foi o critério para encarcerá-lo na condição de “escravizado” no Brasil do século XIX. E a falta de instrução e conhecimento das leis contribuiu para permanência, até que obtivesse acesso à educação.

Na carta endereçada ao amigo Lúcio de Mendonça, em 25 de julho de 1880,⁵³ Luís Gama revela muito sobre a sua origem. Atendendo a um pedido de Mendonça, descreve uma autobiografia, esclarecendo seu nascimento, filiação, trajetória entre a infância e a fase adulta, descrevendo como deixou de ser um negro cativo da escravidão e explicando como se tornou um advogado que legislava em favor dos escravizados, pobres e infelizes.

Luís Gama nasceu em 21 de junho de 1830, em Salvador, Bahia. Sua mãe, mulher negra natural da África, Costa Mina (Nagô), Luiza Mahin era livre e recusava o batismo e a doutrina cristã. Era quitandeira e foi presa por suspeita de participação na insurreição. Em 1837, depois da Sabinada, a ativista partiu para o Rio de Janeiro. Gama a procurou por diversas vezes, mas em 1862 soube por amigos que ela havia sido presa em 1838, junto a

⁵¹ Ibid., p. 86.

⁵² Ibid., p. 87.

⁵³ FREDERICO; CAMPOS, op. cit., p. 21.

companheiros desordeiros. Eles não foram mais vistos, provavelmente foram enviados de volta para a África.⁵⁴

O pai, descrito como um fidalgo que pertencia a uma família importante na Bahia de origem portuguesa, não teve o nome revelado, por motivações sociais e raciais. O pai o criava com zelo, porém, ao gastar sua herança com apostas e diversão, em 1837 foi reduzido a pobreza extrema. Assim, em 10 de novembro de 1840, o pai junto ao amigo, Luiz Candido Quintela, vendeu o filho em uma embarcação escravagista, nomeada “Saraiva”.⁵⁵ Em dezembro de 1840, Luís Gama, foi vendido para o alferes Antônio Pereira Cardoso, fazendeiro em Lorena, São Paulo, seu negócio era vender “escravos” na província.⁵⁶ Luís Gama foi rejeitado por muitos possíveis compradores por ser da Bahia, onde se concentravam revoltas negras, por isso ficou na casa do alferes, como “escravo” de ganho, onde aprendeu os ofícios de copeiro, sapateiro, aprendeu a lavar, engomar e costurar roupas.

Referente à educação de Luís Gama, sua alfabetização iniciou tardiamente, em 1847, aos 17 anos, teve acesso às primeiras letras com a ajuda de seu amigo irmão, Antônio Rodrigues do Prado Junior, que se hospedou na casa do alferes enquanto estudava humanidades. Após aprender a ler, obteve uma prova incontestável de sua liberdade apresentada ao alferes. Luís Gama deixou seu cativeiro, fugido como ele mesmo descreve: “Em 1848, sabendo ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso, que, aliás, voltava-me a maior estima, e fui assentar praça”.⁵⁷

Logo, se alistou no serviço militar, serviu até 1854. Alcançando a posição de cabo de esquadra graduado, teve baixa do serviço após responder ao conselho por insubordinação, se excedeu, não ficou só nas ameaças a um oficial que o insultou. Fria e propositalmente, o oficial se conteve no momento do confronto, mas Gama ficou preso entre primeiro de julho a nove de agosto, durante esse período realizava leituras, tinha insônia e pensava muito na mãe.

Luís Gama narra que quando foi praça, nas horas vagas era copista e escrevia para o escritório do Major Bendito Antônio Coelho Neto que ficou seu amigo. Contou com o a proteção do Conselheiro Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça, administrador de altos cargos da polícia e judiciária, também catedrático da Faculdade de Direito, Gama foi soldado designado ao a serviço pessoal do Conselheiro como autoridade militar. Ele compreendia que o cargo havia sido conquistado por competência: “[...] por meu caráter, por

⁵⁴ Ibid., p. 21-22.

⁵⁵ Ibid., p. 23.

⁵⁶ Ibid., p. 24.

⁵⁷ Ibid., p. 26.

minha atividade e por meu comportamento, conquistei sua estima e a sua proteção e as boas lições de letras e de civismo, que conservo com orgulho”.⁵⁸ Deixa claro que recebeu auxílio de seu protetor, para acessar à educação através de formação refinada.

4.2 A consagração intelectual de Luís Gama e a narrativa de sua formação

Pode se considerar que em sua trajetória educacional, Luís Gama se formou como um autodidata, que nunca se acomodou quanto aos seus desenvolvimentos intelectuais, em constante progresso, sempre enfrentou lutas e as venceu resistências. Dessa forma, fica evidente na escrita de Luís Gama e nas argumentações políticas, sociais, raciais, o quanto se dedicava ao estudo e a produção literária e de forma esclarecida, ele demonstra o quanto sua formação foi bem construída. Ao observar as produções textuais de Gama há o uso recorrente de figura de linguagem, referências de grandes personagens da história, da cultura, da arte, da mitologia, ainda se propõe a citar trechos da bíblia, contextualizando a sua realidade e as perspectivas teológicas do cristianismo e outras religiões.

Os ofícios que Luís Gama exerceu a partir de sua liberdade, na polícia os cargos de praça, cabo, copista, escrivão, ordenança e sua atuação na secretaria de polícia, serviu como meio de acesso às informações jurídicas e treino da escrita. Logo, como membro do Partido Liberal, chegou à imprensa e publicou suas trovas com teor satírico criticando as instituições escravistas.

Portanto, Luís Gama atuou no judiciário como rábula, obteve apoio de André Rebouças, era protegido pela aristocracia, e teve acesso ao estudo do direito com ajuda de seu protetor, atuou no serviço público na Secretaria de Polícia de São Paulo, onde se aproximou do estudo da lei. Ainda atuou como ativista político, jornalista em diversos jornais e literário ao publicar suas trovas.⁵⁹

A grande contribuição de Gama através da imprensa, contextualiza as publicações de narrativas de fatos reais que ocorreram com escravizados. Além de assumir publicamente sua interação com associações e sociedades secretas, e esclarecendo as posições políticas e sociais que perpetuavam a escravidão, uma forma de conscientização política da população.⁶⁰ Luís Gama transpareceu de forma recorrente em sua escrita, a indignação e a urgência de se realizar uma revolução, rompendo com a escravização e com a monarquia, para ele, seria a democracia o caminho para justiça e igualdade.

⁵⁸ Ibid., p. 27.

⁵⁹ ALONSO, op. cit., p. 85.

⁶⁰ Ibid., p. 106-107.

Segundo Frederico e Campos (2021)⁶¹, na Literatura, Luís Gama se dedicou a poesias que descrevia sua luta, com muita indignação à escravidão e coragem, conseguiu elucidar injustiças e defender a liberdade dos negros. Suas trovas possuíam humor ácido como instrumento de reversão, fazia uso da sátira, do humor homenagem e da lírica com gracejo.

Alonso (2015)⁶² complementa que ao ingressar na carreira militar com a perspectiva de aprender cada vez mais, ascender no trabalho, e principalmente ter acesso ao conhecimento jurídico, ele utiliza todas as ferramentas viáveis para construir fortes alicerces, para sua atuação abolicionista, libertadora. Ao utilizar as leis brasileiras para desconstruir as estruturas jurídicas dessa sociedade, Gama demonstra que a partir do conhecimento, foi possível transformar a dura realidade do negro escravizado, pois encontrou possibilidade de receber educação mesmo que de maneira informal.

4.3 Luís Gama e o Movimento Abolicionista

Alonso (2015)⁶³ menciona que as perspectivas referentes à escravidão começaram a mudar a partir do Congresso de Viena em 1815, com a ilegalidade o comércio internacional de “escravos”. A Inglaterra possuía influência política econômica no Brasil, a partir do auxílio durante a independência e início do Império. Assim, o fim do comércio negreiro estaria contextualizado em cláusulas dos Tratados Assinados em 1826 e 1831, para reconhecimento da nação brasileira. Mas em 1850, a Inglaterra fez um ultimato para o fim do tráfico negreiro destinado ao Brasil. Na década de 1870, o movimento abolicionista se configura a partir do aceleração da urbanização e modernização do país, ocorreu uma mudança no padrão de sensibilidade social, redefinido a escravidão como abominável. A conjuntura política nacional se modifica, com a participação do Partido Liberal a partir de 1868.

Ao descrever o movimento abolicionista, Ângela Alonso (2015)⁶⁴ revisita o trajeto do Movimento Abolicionista no Brasil, ocorrido entre os anos de 1868 e 1888, narra seus antecedentes, o desenvolvimento e resultados dos movimentos sociais e políticos, que atuaram em prol do fim da escravidão. A autora descreve os núcleos que constituíram as principais frentes do movimento abolicionista, seriam as expressões artísticas que buscavam protestar e manifestando consciência crítica referente a escravidão. Ainda ocorreram as ações políticas e articulações jurídicas que proporcionaram avanços essenciais em direção a libertação dos negros, foram muitos os conflitos gerados por estas movimentações abolicionistas no período final da escravidão.

⁶¹ FREDERICO; CAMPOS, op. cit., p. 14-16.

⁶² ALONSO, op. cit., p. 26.

⁶³ Ibid., p. 27.

⁶⁴ Ibid., p. 19.

Florestan Fernandes (2008)⁶⁵ ao mencionar o movimento abolicionista destaca Luís Gama como personagem central para elucidar como ocorreu o processo de libertação dos escravizados. O movimento contava com uma rede organizada, que utilizava de estratégias abolicionistas para realizar grande movimentação antiescravagista nas cidades, os escravizados eram libertos. Luís Gama intervinha em processos de libertação, revogando o preço do próprio “escravo”, junto ao grupo abolicionista que atuava por vias jurídicas.

Luís Gonzaga Pinto Gama, descrito como o “Filho de Luísa”, teria herdado da mãe negra que participou da revolta Malê na Bahia, o legado da luta pela liberdade. Para Alonso e (2015)⁶⁶, Gama buscava provocar mudanças, utilizando-se dos meios que possuía algum controle, como o jornal, o tribunal e o acesso a políticos e autoridades da época. Luís Gama realizou forte crítica à atuação de alguns grupos abolicionistas e republicanos. A demora em se fazer cumprir as leis abolicionistas e projetos em favor da emancipação do negro provocava frustração em Gama para com os magistrados e autoridades. Luís Gama reivindicava a pronta libertação dos escravizados, porém ela ocorria de forma lenta.

Fernandes (2008)⁶⁷ cita Luís Gama para elucidar os anseios pela liberdade dos cativos. As expectativas do “escravo” na transição da escravidão para a homem livre, que durou de 1823 até 13 de maio 1888, quando foi assinada a Lei Áurea. Na década de 1880, os escravizados lutavam pela liberdade, ocorriam fugas massivas, insurgindo problemas políticos referentes a indenizações pela crise na lavoura.

Assim, apesar da ação dos negros ter se tornado decisiva no processo de libertação, a abolição foi considerada historicamente como uma ação do homem branco na sociedade brasileira. A elite abolicionista, estaria a princípio combatendo o antigo regime, a monarquia. A desintegração da escravidão ocorreu devido as novas estruturas econômicas de trabalho remunerado na ordem competitiva. Nesse contexto, seria a escravidão um impedimento para concretização de novo sistema. A abolição, é definida por Fernandes (2008) como uma revolução branca e para o branco, suprimindo os interesses da elite brasileira. Logo, quando liberto, o negro passou pela exclusão social.

4.4 O Estilo Gama, o despertar de um libertador: atuação jurídica e ímpeto abolicionista

O Estilo Gama de ativismo consistiu em explorar as fragilidades e lacunas da legislação brasileira acerca da escravidão. A tática não era nova, compunha o repertório abolicionista internacional, os ativistas espanhóis com iguais tratados de letra morta com a

⁶⁵ FERNANDES, op. cit., p. 104.

⁶⁶ ALONSO, op. cit., p. 85.

⁶⁷ FERNANDES, op. cit., p. 30.

Inglaterra, já o praticavam. No Brasil, ao menos 26 advogados, tinham usado a legislação escravista contra o sistema escravista, entre 1847 e 1867. Luís Gama levou a interpretação da lei brasileira ao limite.⁶⁸ Com o apoio de seu protetor e professor de direito teve acesso a leituras referentes ao direito, se tornou rábula, um advogado, sem título de bacharelado, atuando junto a Radicais Liberais.

Atuava de forma gratuita para libertar seus iguais, embora as estratégias já fossem utilizadas antes, Luís Gama e os abolicionistas realizaram muitas libertações através do Estilo Gama. Para tanto foi necessário mobilizar uma rede de atuantes abolicionistas da elite da paulista, da loja maçônica e membros da facção Liberal Radial. Havia muita procura por Gama em São Paulo, por parte de escravizados em busca de liberdade.

Alonso (2015)⁶⁹ conceitua o Estilo Gama de ativismo, como as estratégias utilizadas nos tribunais, que se manifestou sua profunda interpretação do direito e das leis brasileiras, para defender e libertar dos negros, estando eles encarcerados no cativeiro ou da prisão. Gama conseguiu a legalização de práticas abolicionistas em espaço público, assegurando associações para cuidar dos filhos de escravas abandonados pelos senhores, e também garantia o direito de compra alforrias. Luís Gama em sua atuação abolicionista conseguiu atacar a escravidão por dentro da ordem social quando utilizou as leis brasileiras para contestar decisões jurídicas referentes aos escravizados.⁷⁰

Alonso (2015)⁷¹ descreve os recursos jurídicos, a que recorria: *habeas corpus*, do artigo 179 da Constituição de 1824; abolição de açoites, marcas de ferro e tortura; abatimentos do valor do preço de “escravos” para pagamento de alforria mais barato; solicitação de avaliação de médicos abolicionista de doenças severas, que poderiam configurar o direito de liberdade; justificativa e absorção de escravizados na posição de réus por assassinato de seu dono; em especial a Lei do Ventre Livre para alforria imediata; facilitação da compra da alforria pelo escravizado através de determinado tempo de serviço; contemplava a Lei de 1871 que proibia a separação da família e venda de nascidos após essa data; a ausência de matrícula do cativo a partir do decreto 4835, essa medida impulsionou a libertação de mais quinhentos João Carpinheiros, pois não havia registros como “escravos”.⁷²

Compreendendo os problemas sociais relacionados à raça, a inferiorização do negro pela sociedade escravagista, Luís Gama atuou com muita consciência e intencionalidade. Relatava em suas publicações na imprensa, o preconceito e exclusão sofridos pelo negro. Descrevia as histórias reais de negros submetidos à violência e injustiça. Enquanto seus

⁶⁸ ALONSO, op. cit., p. 103.

⁶⁹ Ibid., p. 103.

⁷⁰ Ibid., p. 108.

⁷¹ Ibid., p. 108.

⁷² Ibid., p. 105.

senhores nunca foram punidos, ou sequer questionados por explorar e matar “escravos” negros.

Luís Gama também expôs sua vida privada por diversas vezes, em publicação na imprensa, declarou que suas ações abolicionistas estavam sendo realizadas com apoio e financiamento da Loja América, a loja maçônica em São Paulo, com impulso de agentes internacionais, estava libertando muitos escravizados. O apoio filantrópico dessa sociedade favorecia a ação de Gama nos tribunais.⁷³

Luís Gama não pôde ver a Abolição da Escravatura, pois faleceu alguns anos antes, em 1882. O óbito precoce ocorreu em decorrência da diabetes. Além de ter deixado grande legado para o povo negro, foi reconhecido, recebendo homenagens e honrarias póstumas, tais como bustos cunhados em locais públicos e nomeações em ruas e estações de trens. E ainda, por sua atuação como advogado, sem o bacharelado em direito, recebeu o título de advogado mais de 100 anos após sua morte, a OAB o inscreveu em 2015, realizando homenagens póstumas. Gama foi reconhecido como um dos maiores juristas do Brasil.⁷⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trama histórica e as interpretações sociológicas e antropológicas indicam que a sociedade escravagista limitou o aprendizado do negro. As ideologias de inferiorização do negro foram confrontadas quando o negro apresentou sua capacidade intelectual. Os escravizados de origem maometana revelaram o poder de organização através da instrução e da cultura africana.

Com as portas da educação fechadas, o negro encontrou outras formas de abri-las. Aprendendo com seus pares, com a transmissão de conhecimento básicos para o trabalho e sobrevivência entre os próprios negros. Atribuindo à senzala a qualidade de ambiente de aprendizagem. Logo com a abertura para abolicionismo e instauração de ideais radicais republicanos e anseios democráticos em meio sociedade brasileira, o negro passou a ser protegido e apadrinhado por representantes da elite brasileira, homens abolicionistas, que contribuíram para a educação do negro.

A violência utilizada como recurso pedagógico configura um cenário de desumanização e coação do negro, sendo a única educação recebida como agente de trabalho. Devido a liberdade alcançada por alguns escravizados, à miscigenação e os interesses econômicos dos escravagistas, podem ser compreendidos como fatores que

⁷³ FREDERICO; CAMPOS, op. cit., p. 44.

⁷⁴ Ibid., p. 15.

viabilizaram algum acesso à educação, à dignidade humana, e o crucial reposicionamento político e econômico.

As transformações sociais ocorridas entre o Brasil Colonial e Imperial, culminaram no acesso do negro a informações e conhecimento das estruturas sociais, culturais, economias, jurídicas. Este, então, buscou superar as limitações raciais, a falta de direitos civis e políticos, a invisibilidade social e a desigualdade. Portanto, a educação passou a ser uma necessidade básica para o negro, e essencial na luta por verdadeira democracia.

Luís Gama surge na história com esse perfil, homem negro que acessou o conhecimento e saberes transformadores de sua realidade. Porém, no processo de inserção social se negou a submeter-se à assimilação social e branqueamento. Assumiu-se como negro, construiu sua própria formação para alcançar a liberdade. O protagonismo negro, a identidade negra, as ações emancipadoras só foram possíveis para Gama, a partir da educação, do trabalho duro e engajamento político-social. A rejeição social, o preconceito e a violência da escravidão, não o impediu de lutar pela libertação de seus iguais.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A integração do Negro na sociedade de classes*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2013. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184663>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FREDERICO, Enid Yatsuda; CAMPOS, Claudia de Arruda (org.). *Antologia/Luiz Gama*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 1º de; São Paulo: Global, 2019. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184316>. Acesso em: 21 set. 2022.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. 1ª ed. digital. São Paulo: Global, 2016. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184467>. Acesso em: 01 out. 2022.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *O Negro, da Senzala para a Escola: A educação nos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco (1878)*. Paraná: Atena Editora, 2017.

RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 1ª ed. digital. São Paulo: Global, 2014. Biblioteca Virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184682>. Acesso em: 10 out.2022.

MAESTRI, Mario. *A pedagogia do Medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. 1 volume. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

Contatos: jessi-mac@hotmail.com e lamartine.oliveira@mackenzie.br